

Cândido Mendes quer Constituição que se possa ler no ônibus

Thaís de Mendonça 18 AGO 1986

"O novo livrinho há de ser um texto de bolso, para ler no ônibus." A maneira singela como o professor Cândido Mendes de Almeida, um dos integrantes da Comissão de Estudos Constitucionais, define a futura Constituição brasileira choca-se aparentemente com o conteúdo e os objetivos que os 50 notáveis, sob o comando do jurista Afonso Arinos, perseguiram durante meses de trabalho. Mas, para Cândido Mendes, a densidade do texto, sua ligação com as preocupações básicas do brasileiro e as bandeiras de luta que pretende sintetizar não o eximem de ser "pedagógico, simples porém contundente".

Ele acaba de publicar o primeiro livro derivado das reflexões da chamada Comissão Arinos: **A Inconfidência Brasileira** foi feito com as 133 questões em que se transformaram as 10 mil sugestões recebidas da população. Defensor do "texto longo, minucioso", que esmiúça em detalhes pontos polêmicos como a discriminação social, os direitos e garantias individuais, a proteção ao meio ambiente, Cândido Mendes acha que "não há constituições eternas. As que resolvem, deram seu recado antes de superadas pela natural sucessão dos tempos".

"Vivemos nesses meses construindo a utopia abominável", fere o diretor das Faculdades Cândido Mendes, chamando a atenção para a tarefa de "sistematizar este vasto inquirir da massa de contribuições espontâneas recebidas pela Comissão, com a coragem de formular valores com lógica, praticando uma utopia, é verdade, mas não o impossível". Ele enfatiza o caráter progressista e inovador dos textos que já estão saindo do forno e acredita que o documento dos notáveis "poderá mesmo estar à frente do que a Assembléia Nacional Constituinte arrisque a aprovar, num futuro próximo".

A inclusão da tortura como crime inaniável, imprescritível e inafiançável; o direito de asilo e a determinação de lutar contra todas as formas de discriminação — estes os principais itens que o autor de **A Inconfidência Brasileira** reputa como vitórias na Declaração de Direitos que encabeça o novo texto. "Estamos diante do advento de uma genuína ordem internacional, assim como, no século passado, vivíamos a euforia das soberanias localizadas", adverte, na Introdução de seu trabalho.

"Fica ou não vinculada às Forças Armadas, primariamente, a função da defesa dentro de um novo tratamento constitucional? Compete ou não às polícias federais e estaduais a garantia da manutenção da lei e da ordem pública? Como se reconhece o direito à imagem, o direito à intimidade e o direito à informação?" Perguntas como estas são a essência do livro de Cândido Mendes e deram origem às discussões dos integrantes da Comissão Arinos, divididos em 10 grupos temáticos.

O amplo direito de greve, inclusive dos trabalhadores em serviços essenciais, desde que o Estado assegure sua continuidade. Os direitos ao lazer, à moradia, a proteção à infância e à velhice, o direito à participação, o dever de proteger a fauna e a flora extensivo a cada cidadão e não apenas uma obrigação do governo. São as respostas dos estudiosos às reivindicações e questionamentos da população, recebidos através das cartas.

O texto que o presidente José Sarney vai receber conterá possivelmente um artigo específico sobre a importância da floresta amazônica e exigirá que a instalação de usinas hidrelétricas e nucleares seja aprovada pelo Congresso Nacional, junto com uma campanha de esclarecimento popular. Assegura ao preso o direito de não falar até que tenha um advogado a seu lado. E garante a cada cidadão o "habeas-data", o acesso às informações armazenadas sobre a pessoa em órgãos como o SPC — Serviço de Proteção ao Crédito — e o SNI — Serviço Nacional de Informações.

Cândido Mendes, que em 1982 professava abertamente sua simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, é hoje candidato à Assembléia Nacional Constituinte pelo PMDB. Ele não rejeita seu antigo sentimento, mas acusa os pequenos partidos de "ficarem presos às elites dogmáticas".

"Só os grandes corpos políticos têm condições de promover uma vasta mobilização popular", acredita, fazendo fé em "todo um Brasil novo que está surgindo, feito de gente que antes era marginal e hoje quer participar e afirmar sua cidadania".

JORNAL DO BRASIL